



Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

BOLETIM SEMANAL

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

26 de março de 2009

**DESCONTO DE 10%
PARA FILIADOS**
Pós-Graduação em
Material e Processual
do Trabalho (IESB)
LIGUE 3340-3747

Passivos dependem de vontade política

A reunião entre os diretores-gerais dos tribunais e a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), no dia 19, mostrou que a tese do Sindjus em relação ao pagamento dos passivos está certa: a solução para este problema é política, não técnica.

Prova disso é que a reunião do dia 19 desfez tudo o que os diretores e a secretária da SOF, Célia Corrêa, vinham construindo desde o ano passado. A lógica é que tecnicamente nunca haverá dinheiro, pois as prioridades são definidas de maneira política e não técnica.

O Sindicato também não aceita a tese de que os atrasados não podem ser pagos devido à crise. Primeiro porque não se trata de reajuste, e sim de uma dívida de longa data que a União tem com os servidores. Segundo, porque o Judiciário tem um orçamento e precisa organizá-lo de forma que a prioridade sejam os salários, tão importantes nesse momento para aquecer a economia. Terceiro, porque sabemos que a estratégia do governo é segurar, mas as prioridades podem mudar na medida da importância que os ministros presidentes derem a essa questão.

"Para que os servidores recebam os passivos é preciso que haja uma negociação intensa presidentes dos tribunais com o ministro do planejamento", afirmou o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo. "As condições para o pagamento existem; o que falta é vontade política", acrescentou.

SOF

Célia Corrêa,
secretária da SOF:
reuniões com
os diretores



JUSTIÇA DO TRABALHO

SOLUÇÃO PARA TÉCNICOS ESTÁ PRÓXIMA

Os servidores da Justiça do Trabalho que foram reenquadrados como técnicos podem comemorar uma boa notícia: a Comissão Interdisciplinar do Judiciário, encarregada da redação do novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, aprovou a proposta do Sindjus que resolve em definitivo o questionamento do Tribunal de Contas da União em relação ao reenquadramento. "Assim que o novo Plano virar lei, a redação proposta pelo Sindicato garantirá o direito dos servidores", explica o coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo.

Veja o que diz o Projeto de Lei: "Art. 32. O enquadramento previsto no art. 5º da Lei nº 8.460, de 1992, estende-se aos servidores dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União que ocupavam as classes A e B da Categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, convalidando-se os atos administrativos com este teor, observados os enquadramentos previsto no art. 4º e no Anexo III da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, no art. 3º e no Anexo II da Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002, e no art. 19 e no Anexo V da Lei nº 11.416, 15 de dezembro de 2006."

MPDFT

Comissão vai discutir o "Grifo"

As possibilidades de alteração da Portaria 34 e de adequação do sistema Grifo aos interesses dos servidores foram discutidas em reunião no dia 20 de março, no MPDFT, entre Roberto Policarpo e Ana Paula Cusinato (coordenadores do Sindicato) e procurador-geral de Justiça, Leonardo Bandarra, o diretor-geral Moisés Antônio de Freitas e outros representantes da administração.

O primeiro ponto acertado na reunião foi a formação de uma comissão mista — de que o Sindjus e a Asmip farão parte — para apresentar proposta de alteração ao texto da Portaria 34 e o sistema Grifo. Também foi acordado que o objeto de controle será a frequência e não o acesso ao local de trabalho. Esse avanço já resolve muito dos problemas elencados pelos servidores durante a reunião do dia 4 de março.

O Sindicato apresentou ao procurador-geral a insatisfação unânime quanto ao controle biométrico de ponto. Bandarra afirmou, porém, que não abrirá mão do controle, inclusive por já ter adquirido os equipamentos.

O Sindjus também falou sobre a Portaria 34: se pudessem ter apresentado suas considerações, a negociação prévia teria evitado desentendimentos e a insatisfação dos servidores. O procurador-geral alegou que não quis esperar mais pela contraproposta do Sindjus.

Leonardo Bandarra afirmou que desde o início apoiou a jornada de 35 horas, tendo a defendido no Conselho de Assessoramento Superior do MPU, e que não irá ser contrário à Portaria 707/PGR. Fora isso, informou que está disposto a fazer as alterações necessárias tanto na portaria do MPDFT quanto no sistema Grifo.

Eduardo Dimas e Estevan Padir, analistas periciais recém-nomeados que também participaram da reunião, disseram ao procurador-geral que a recepção que tiveram no MPDFT foi muito boa; porém, logo depois sentiram-se agredidos pela forma como se deu a apresentação da Portaria e a implantação do sistema Grifo. Para eles, é como se a administração tivesse motivos para não confiar nos servidores.

Por solicitação do Sindjus, o chefe do Departamento de Tecnologia de Informação, Wagner de Araújo, vai apurar se o sistema Grifo é capaz de coletar dados dos servidores apenas pelo crachá.

Participaram também da reunião os delegados sindicais Jean Loiola e Eldo Luiz e os diretores da Asmip Sebastião Justino, Joíra Furquim e Artur Marciano.



Policarpo:
"É preciso
engajamento
e união"

BOAS-VINDAS AOS SERVIDORES

Os coordenadores do Sindjus participaram da ambientação dos novos servidores do MPDFT, no dia 20 de março. Ana Paula Cusinato, servidora do órgão, que deu boas-vindas e discorreu sobre a importância da filiação ao Sindjus. Ela descreveu as conquistas e a importância nacional do Sindicato, por ser o primeiro unificado entre servidores do Ministério Público e do Judiciário, o que resultou em maior legitimidade nas lutas.

Falando em lutas, o coordenador-geral Roberto Policarpo tomou a palavra para apresentar o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração que está em construção. Ele explicou o trabalho da comissão que está formatando o plano e defendeu que os novos servidores encampem essa luta, para que o MPDFT também tenha uma carreira que atenda aos interesses da categoria. Policarpo pediu engajamento e união aos mais de trezentos recém-chegados, que terão grande responsabilidade no êxito do novo plano. Também participaram da ambientação a coordenadora Eliane Alves e os delegados sindicais Joíra Furquim e Jean Loiola.

STM realiza concurso literário

"Mulher: sua história vale ouro" é o tema da redação para o concurso literário promovido pelo Superior Tribunal Militar. As inscrições estão abertas até a primeira semana de maio, no protocolo do Tribunal. O concurso é destinado a todas as servidoras do STM, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A primeira colocada ganhará uma jóia, e a segunda uma cesta de produtos de beleza. Mais informações pelos telefones 3319-9250 e 3319-9302.